

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.460 - SC
(2018/0211338-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : SEBASTIÃO DORVAL CAMARGO
ADVOGADOS : FRANCISCO EMMANUEL CAMPOS FERREIRA - SC005012
JORGE HENRIQUE GOULART SCHAEFER MARTINS - SC038354
EMBARGADO : ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADOS : LEANDRO SPILLER E OUTRO(S) - SC014875
FALINE MACHADO PINTO - SC029574

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SEBASTIÃO DORVAL CAMARGO à decisão monocrática desta relatoria de fls. 321-325 (e-STJ), a qual, em juízo de reconsideração, conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, com fundamento na incidência da Súmula 7/STJ em relação à pretensão recursal de revisão da sucumbência, bem como majorou os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte recorrida de 10% para 11% sobre o valor atualizado da condenação, com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 327-334), a parte embargante alega:

a) Contradição da decisão, em relação à ementa de um julgado utilizado como fundamento – AgInt no AREsp 1046116/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018. Isso porque o aludido julgado citado enuncia que "as despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento", mas ao mesmo tempo esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ a apreciação do quantitativo em cada parte saiu vencedora. Assevera, assim, a possibilidade de revisão da inexistência de decaimento mínimo da parte contrária pelo parcial provimento do recurso de apelação, o qual implicou sucumbência de 16,38%; e

b) Obscuridade na majoração dos honorários advocatícios devidos à parte contrária, com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, porque não houve nenhum trabalho adicional da parte contrária nesta instância recursal, como exigido pelo dispositivo para sua aplicação, notadamente porque não houve nenhuma petição da parte.

Impugnação não apresentada (e-STJ, fl. 337).

É o relatório. Decido.

Razão parcial assiste ao embargante.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide em decorrência do mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INEXISTÊNCIA. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.

2. O acórdão embargado não contém omissão, obscuridade ou contradição, uma vez que foi dirimida a questão pertinente ao litígio, limitando-se a parte embargante a utilizar os aclaratórios com o escopo de revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente.

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura negativa de prestação jurisdicional.

4. Embargos de declaração rejeitados.

*(EDcl no AgInt no REsp 1737181/PR, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO EXECUTADO PARA EXCLUIR A VERBA HONORÁRIA DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 1022 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, por via dos quais se objetiva rediscutir a causa, já devidamente decidida. 2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, e não aquela que possa existir, por exemplo, com a prova dos autos, nem a que porventura exista entre a decisão e o ordenamento jurídico; menos ainda a que se manifeste entre o acórdão e a opinião da parte vencida.

3. Não incidem honorários sucumbenciais recursais na hipótese, pois não há um "acréscimo de sucumbência no grau recursal" ante a interposição do recurso de agravo interno ou embargos de declaração, porquanto gravitam esses reclamos no mesmo nível recursal daqueles que promovem a abertura da instância, motivo pelo qual incabível a majoração estabelecida no art. 85, § 11 do NCPC.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 539.673/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA**, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018)

No caso dos autos, como visto, a decisão embargada, em juízo de reconsideração, conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, com fundamento na incidência da Súmula 7/STJ em relação à pretensão recursal de revisão da sucumbência, com base no entendimento desta Corte nesse sentido, o qual foi comprovado pela citação de julgados, entre os quais, o seguinte que é objeto do recurso:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 86 DO CPC/2015. QUANTITATIVO. SÚMULA 7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. 1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º).

2. "As despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento. Precedentes" (AgRg no REsp 1.354.123/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe de

30/06/2015). 3. *A apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício.* 4. *Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.* (AgInt no AREsp 1046116/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018)

Nesse acórdão referido, **não há contradição** entre as afirmações de que a *sucumbência deve ser suportada pelas partes na medida de sua derrota* e a *impossibilidade de apreciação, nesta instância, do decaimento das partes para a verificação e redistribuição do ônus sucumbencial, notadamente da sucumbência mínima e recíproca.*

Isso porque, o fato de a sucumbência dever ser estabelecida conforme o grau de êxito das partes, em observância à expressa disposição legal dos arts. 21 do CPC/ 1973 e 86 do CPC/2015, não implica conclusão sobre a possibilidade de mensuração da vitória ou do decaimento **nesta instância**, a qual, de fato, não pode.

Aliás, exame do teor do voto do relator, revela que a primeira assertiva foi efetuada para demonstrar o acerto do Tribunal de origem em determinar a sucumbência segundo sua apreciação sobre a derrota dos litigantes, a qual, **naquele caso**, foi considerada relevante pela **instância ordinária** para afastar o decaimento mínimo, hipótese de incidência da condenação exclusiva prevista nos arts. 21, parágrafo único, do CPC/1973 e 86, parágrafo único, do CPC/2015.

No caso dos autos, de modo distinto, o Tribunal de origem, após examinar o decaimento das partes, concluiu como ocorrente a hipótese de sucumbência mínima, motivo da imposição da sucumbência exclusiva à parte ora recorrente.

Por fim, **considera-se existente obscuridade** na majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais de 10% para 11% sobre o valor atualizado da condenação, com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, em virtude do não conhecimento do recurso especial, **embora ausente comprovação de trabalho adicional da parte contrária.**

Com efeito, **a dispensa da configuração do trabalho adicional do**

advogado para a majoração dos honorários na instância recursal decorreu do entendimento da Segunda Seção desta Corte sobre o arbitramento de "honorários recursais" à luz do supracitado dispositivo legal, consolidado por ocasião do julgamento AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19/10/2017.

Desse modo, não foi ignorada a ausência de contrarrazões aos recursos dirigidos a esta instância, circunstância relatada na decisão embargada e que levou à majoração em apenas 1% sobre o valor atualizado da condenação.

Diante do exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração, a fim de declarar o ponto obscuro.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator